

## ACOLHIMENTO DOS PAIS E SAÚDE MENTAL DE CRIANÇAS VÍTIMAS DE ABUSO

*Eixo Temático: Educação em Sexualidade e Desenvolvimento Humano:  
Pesquisas, Teorias e Prática*

Liliane dos Santos<sup>1</sup>  
Isabelle Reis Souza Oliveira<sup>2</sup>  
Caio César da Paz Santos<sup>3</sup>  
Rui Gonçalves da Luz Neto<sup>4</sup>

### RESUMO

Este artigo teve como objetivo refletir como o acolhimento dos pais interfere na saúde mental de crianças e adolescentes que sofreram abuso sexual. Essa dura realidade enfrentada é um caso de saúde/política pública, que deveria apresentar um maior desenvolvimento no acompanhamento com as vítimas. Nesse contexto, esta revisão buscou refletir e responder à questão: “Como o acolhimento fornecido pelos pais/responsáveis e órgão governamentais fazem a diferença para a saúde mental e a retomada de vida dessas vítimas? ”. Sabendo disso, buscou-se elucidar reflexões e possíveis ações com uma revisão de literatura realizada no mês de julho de 2022, a partir da Scielo e PubMed. A pesquisa foi construída utilizando os descritores: “Abuso Sexual Infantil”, “Saúde Mental” e “Acolhimento”. Logo após análise do material coletado, refletiu-se sobre as problemáticas sociais que impelem o cometimento deste ato, como também propomos estratégias cognitivo-comportamentais em casa, na escola e na comunidade, além de uma maior rigorosidade mediante as leis já existentes para melhor acolhida da vítima.

**Palavras-chave:** abuso sexual, acolhimento, crianças e adolescentes, saúde mental

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Psicologia da UNINASSAU, PE [lilianesantos.coach@gmail.com](mailto:lilianesantos.coach@gmail.com);

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Psicologia da UNINASSAU, PE [isabellereis1987@gmail.com](mailto:isabellereis1987@gmail.com);

<sup>3</sup> Mestre em Psicologia Clínica pela Universidade Católica de Pernambuco - PE, [caiocpaz@gmail.com](mailto:caiocpaz@gmail.com)

<sup>4</sup> Doutorando em Psicologia Clínica pela Universidade Católica de Pernambuco -PE, [rui.2022803085@unicap.br](mailto:rui.2022803085@unicap.br)

## INTRODUÇÃO

O abuso sexual infantil (ASI) é uma dura realidade vivida por inúmeras crianças e adolescentes no mundo todo, em várias culturas e em vários momentos históricos. As consequências para quem sofre este ato é desolador e determinante para mudar a sua vida. O ASI ocorre quando uma criança é submetida à atividade sexual que não possa compreender, nem mesmo tenha se desenvolvido o suficiente para permitir o consentimento (PLATT *et al*, 2018). Steenbakkers *et al*. (2017) aludem o abuso sexual como o envolvimento de crianças e adolescentes em atividades sexuais que eles não conseguem compreender completamente. Esse tipo de abuso é considerado um importante fator de risco para vários problemas de saúde, tanto físico quanto psicológico. Estudos evidenciam que a maioria dos casos de abuso sexual ocorrem em meninas entre 5 e 10 anos. Entretanto, os meninos também são abusados, porém em menor proporção, principalmente, quando o abuso é intrafamiliar (PLATT *et al*, 2018).

Crianças em acolhimento familiar, que sofreram abuso sexual, precisam de um ambiente seguro e acolhedor no qual suas necessidades psicossociais sejam atendidas, sendo vistas como um grupo com vulnerabilidade (STEENBAKKERS *et al*. 2017). Os autores apontam que a cooperação entre pais adotivos, pais biológicos e profissionais da educação é vital para colocações de acolhimento familiar bem-sucedidas, uma vez que, esses pais podem abordar quaisquer atrasos que a criança possa ter em seu desenvolvimento. O estudo de Steenbakkers *et al*. (2017) captou as diversas perspectivas dos próprios jovens, revelando que as crianças em acolhimento familiar diferem no que consideram como necessidades (mais) importantes de segurança, pertença, autoestima e autorrealização.

Para os jovens revelarem que sofreu um abuso é algo muito complexo, de acordo com Manay e Vézina (2021), “crianças e jovens tendem a reter ou adiar a divulgação por muitos anos, de modo que a maioria dos casos de ASI não é relatado”. Eles também falam que esses jovens seguem um padrão gradual de revelação da ação sofrida, é mais confortável divulgar primeiro aos colegas antes de contar a um pai ou adulto de confiança, que pode então ajudar a criança a relatar a uma pessoa de autoridade.

A divulgação desse abuso também pode ser traumática para os pais não infratores, causando sofrimentos e tem sido associada a descrença, negação e auto-culpa. Fazendo assim, com que esses pais comecem a se perguntar se erraram em algum momento ou

não, além de sentir um misto de sentimentos após a revelação. Os principais fatores identificados que influenciam o processo de divulgação incluem ser acreditado, ser questionado, vergonha/auto-culpa, preocupação consigo mesmo (MCELVANEY *et. al.*, 2014).

O apoio oferecido a crianças abusadas sexualmente após a revelação pode ser um fator crucial na recuperação dessas crianças (CYR *et. al.* 2013). Nesse sentido, o comportamento dos responsáveis para com a criança no processo de suspeita, identificação, questionamento e escuta é de suma importância. É necessário acima de tudo descortinar a questão da violência sexual e todos os fatores que envolvem a relação da vítima com o transgressor, seja um caso de ASI intrafamiliar ou nos espaços de maiores vivências das crianças, como escolas, igrejas e casa de amigos. Pois, em alguns casos, a família encoberta os casos vivenciados pelas vítimas, na ilusão que há uma proteção (CRUZ *et. al.*, 2019).

Em alguns casos, há o processo de descrença do relato da própria vítima por parte dos adultos mais próximos. Neste caso, conta-se com ajuda de adultos que dividem a rede de convívio dessa criança, como professores, coordenadores, vizinhos. O que ratificam Pelisoli e Piccoloto (2010, s/p), “o processo de conquistar a confiança da família pode durar muito tempo, o que faz com que o abusador obtenha da família uma credibilidade que mais tarde vai dificultar ainda mais a revelação por parte da vítima”.

## **METODOLOGIA**

Este trabalho trata-se de uma revisão integrativa de literatura, cujo método consiste em uma síntese dos achados apresentados nas pesquisas realizadas no mês de julho de 2022, a partir da base de dados eletrônicas internacional, sendo eles, Scielo e PubMed. O trabalho teve como pergunta norteadora “Qual a importância do acolhimento dos pais para a saúde mental de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual?” A pesquisa foi construída utilizando os descritores: “Abuso Sexual Infantil”, “Abuso Sexual”, “Saúde Mental” e “Acolhimento”. Inicialmente, foi utilizado como critério de inclusão de artigos publicados nos últimos 5 anos e que tivessem relação com o tema proposto, mas foi necessário expandir para 10 anos, já que nesse período existe um número maior de estudos relacionados a como os pais acolhem seus filhos ao descobrir

que eles sofreram abuso. As pesquisas foram feitas nos idiomas português, inglês e espanhol.

O trabalho foi dividido em etapas, iniciando com a análise dos títulos e resumos para verificar se responderam à pergunta de revisão, onde foram selecionados 61 artigos e 14 lidos na íntegra. Tendo como critério de exclusão, estudos cujo título ou resumo não identificassem com os tópicos da revisão. Além dos artigos, teses e publicações que não fossem originais.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A busca com o descrito abuso sexual infantil resultou em 77 artigos pelo Scielo e 22 artigos pelo PubMed. Dos 99 artigos encontrados nas duas plataformas, foram descartados os que não mantêm relação com ASI, por serem direcionados a mulheres, jovens com relacionamento com homens mais velhos ou relacionados à gravidez, fruto do abuso sexual. Restando 14 artigos, além dos dados coletados pelo IBGE, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, para embasamento e análise, em que as características do artigo que serviram como base para os revisores estão apresentadas na tabela 1.

**Tabela 1. Características dos estudos selecionados**

AUTOR/ANO	OBJETIVO	RESULTADOS	CONCLUSÃO
CRUZ, Moniky (2021)	Identificar as repercussões do abuso sexual experienciado na infância e na adolescência.	Em nenhuma das pesquisas foram apontadas repercussões na infância. Fazem-se necessárias investigações no sentido de pesquisar o público infanto-juvenil e considerar suas experiências frente ao abuso sexual experienciado nessas fases.	Vivenciar o agravo, nessas fases da vida, provoca repercussões de ordens psicológicas, físicas, sexuais e sociais para a vida das vítimas.
CYR, M. (2013)	Examinar como os perfis de mães não infratoras poderiam descrever melhor sua capacidade de apoiar seus filhos após a revelação.	Resultaram em quatro grupos distintos de mães: reação resiliente, evitativa, traumatizada e orientada para a raiva	Adotar uma abordagem sob medida para a intervenção com mães de crianças abusadas sexualmente.
FONTES, L F C (2017)	Analisar os impactos do abuso sexual na adolescência sobre	Relacionado a diversos fatores preocupantes do ponto de vista	Novas pesquisas também precisam ser feitas para avaliar



## VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Seminário Internacional  
Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Luso-Brasileiro Educação  
em Sexualidade, Gênero  
Saúde e Sus

	variáveis relacionadas à saúde mental e identificar as características das vítimas.	socioeconômico (envolvimento com drogas, trabalho precoce, etc.), acarreta em impactos de magnitude elevada sobre indicadores de saúde mental das vítimas.	medidas já implementadas internamente visando expandir os horizontes para novos modelos de terapias, acompanhamento e prevenção.
HABIGZANG, Luísa (2005)	O mapeamento de fatores de risco para abuso sexual intrafamiliar identificados nos processos jurídicos do Ministério Público do Rio Grande do Sul - Brasil por violência sexual, no período entre 1992 e 1998	O desemprego, famílias reconstituídas, abuso de álcool e drogas, dificuldades econômicas e presença de outras formas de violência constituíram os principais fatores de risco associados ao abuso sexual.	Subsidiar ações preventivas e terapêuticas para situações de violência sexual contra crianças e adolescentes.
LESSA, C. B. (2019)	Compreender se na perspectiva de alunos de licenciatura e profissionais da área da educação existe capacitação, durante sua formação, para lidar com possíveis casos de ASI defrontados no ambiente escolar.	A predominância da concepção de despreparo profissional para lidar com alunos vítimas de abuso sexual.	A formação acadêmica em licenciatura não tem sensibilizado e preparado seus professores para identificar sinais indicativos de ASI e nem mesmo quanto aos procedimentos para denúncias de possíveis casos nos órgãos competentes.
PELISOLI, C. (2010)	Revisar as estratégias utilizadas para a prevenção do abuso sexual infantil e os resultados encontrados nos estudos até então realizados.	Com maior conhecimento sobre o fenômeno e maiores habilidades em lidar em situação de risco, há maiores chances de que o abuso não aconteça e se ele não for passível de ser evitado, que seja revelado brevemente e abordado adequadamente.	Deve incluir diferentes atores e contextos e ser ao mesmo tempo abrangente e específica.
PEREDA, N. (2011)	Investiga como registros de violência contra crianças e adolescentes, no Brasil, são acessados, analisados e discutidos em artigos científicos da área da saúde.	Os resultados mostram elevados índices de informações ausentes entre os registros, bem como desconhecimento de variáveis psicossociais anteriores às situações de violência que interferem na testagem dos dados a partir de modelos teóricos atuais.	Aponta-se que a utilização de diferentes fontes de registros para análise das situações de violência representa a diversidade de instituições e serviços envolvidos no processo de atendimento à criança e ao adolescente vítimas.



## VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Seminário Internacional  
Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Luso-Brasileiro Educação  
em Sexualidade, Gênero,  
Saúde e Bem-Estar

PLATT, (2018)	Identificar as características do abuso sexual contra crianças, como perfil da vítima, do autor da agressão e fatores associados	Observou-se características semelhantes às encontradas em outros estudos brasileiros.	Ações coordenadas nacionalmente para prevenir esse agravo.
MANAY, N. (2021)	Sintetizar evidências sobre os caminhos e destinatários das divulgações de CSA e identificar potenciais diferenças de desenvolvimento e de gênero nos destinatários das divulgações.	Indicaram que as crianças e os jovens seguem um padrão gradual de divulgação, pelo qual primeiro divulgam aos colegas antes de divulgar a um pai ou adulto de confiança, que pode então ajudar a criança a relatar a uma pessoa de autoridade.	Compreender melhor as divulgações direcionadas a jovens e como as reações dos destinatários informais.
MCELVANEY, R.; (2013)	Compreender os fatores que influenciam a divulgação informal de experiências de abuso sexual infantil.	Tanto os fatores de influência intrapessoais quanto os interpessoais precisam ser levados em consideração na elaboração de intervenções destinadas a ajudar as crianças a contar.	A importância de perguntar aos jovens sobre seu bem-estar psicológico e o papel das relações com os pares são destacadas como chave para como podemos ajudar os jovens a contar.
RUENESS, J. (2019)	Investigou se PTSR poderia ser um mediador potencial na relação entre abuso infantil e queixas de saúde física em adolescentes e adultos jovens.	TSR teve um efeito mediador notável e significativo na relação entre abuso infantil e queixas de saúde física em nosso modelo geral.	O PTSR pode ser um importante mediador na relação entre abuso infantil e queixas de saúde física.
STEENBAKKERS, A. (2018)	Analisar as perspectivas compartilhadas entre pais adotivos e cuidadores se assemelham a perspectivas compartilhadas de jovens em relação às necessidades psicossociais vivenciadas por jovens com histórico de abuso sexual.	Os pais adotivos reconheceram maioritariamente o grupo de jovens que valorizam uma relação instrumental com os seus cuidadores.	A importância da participação dos jovens, porque os jovens oferecem perspectivas únicas e variadas sobre suas necessidades.
STEENBAKKERS, A. (2018)	Captar as diversas perspectivas dos próprios jovens, revelando que as crianças em acolhimento familiar diferem em relação ao que consideram como necessidades (mais)	Um grupo de jovens abusados sexualmente indicou especificamente não querer uma conexão emocional com pais adotivos, mas uma relação estritamente	Ajudar as crianças a expressar suas necessidades.

	importantes de segurança, pertencimento, autoestima e autorrealização.	instrumental e profissional.	
VITROL, V. (2006)	Ilustra diversos fatores que, em estudos retrospectivos, têm sido associados às consequências mórbidas do abuso sexual infantil e permite compreender como diferentes eventos sexualmente traumáticos.	Os sintomas diminuíram em poucas intervenções.	Estudar e validar situações clínicas como o presente caso, com metodologias baseadas em evidências.

A partir da análise dos trabalhos pesquisados, podemos analisar que Pereda e Gallardo-Pujol (2011) apontam que o abuso sexual tem sido um dos tipos de violência infantil mais tardiamente estudado, tendo se mostrado como maior frequência, e com importantes e perduráveis efeitos psicológicos na saúde dos indivíduos. Um relatório da ONU (2006) afirma que a violência contra a criança e ao adolescente é frequentemente silenciada, fazendo com que ocorra a escassez de dados estatísticos sobre o tema (FONTES *et al.*, 2017). Esse fato evidencia a importância de conhecer quem são essas vítimas e suas características incomuns, para que soluções sejam tomadas e minimizem os problemas causados.

Como também, alguns autores sugerem que a saúde mental parece ser a principal variável afetada pela violência sexual, deixando marcas no desenvolvimento de crianças e adolescentes, com danos que podem persistir por toda a vida. Com o psicológico afetado, as vítimas desenvolvem, conseqüentemente, também problemas sociais, como exclusão, além de outros (FONTES *et al.*, 2017). Os autores também dizem ser de extrema importância o desenvolvimento de ações preventivas e terapêuticas, que forneçam subsídios à reabilitação psicológica e reinserção do indivíduo na sociedade produtiva, intervindo contra o abuso sexual.

Em contrapartida, essas ações podem acontecer em programas escolares, iniciando nos primeiros anos nas escolas. Mas também é importante promover programas de prevenção voltados para adultos, por ser outra fonte de combate contra o abuso sexual (FONTES *et al.*, 2017). Adultos que podem adquirir conhecimento e capacidades para lidar com possíveis situações de abuso sexual com seus filhos, dando o primeiro passo

para a redução futura de casos. Ainda sobre os resultados encontrados no estudo feito por Fontes *et al.* (2017), nota-se que o abuso sexual infanto-juvenil no Brasil, além de estar relacionado a diversos fatores preocupantes do ponto de vista socioeconômico que afetam indicadores de saúde mental das vítimas, é também um problema que atinge diversos países. No Brasil, a violência sexual ocupa o segundo maior tipo de violência entre indivíduos na faixa etária dos 10 aos 14 anos, ficando atrás apenas da violência física (FONTES *et al.*, 2017).

É possível averiguar também que, de acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) 2019, cerca de “14,6% dos estudantes de 13 a 17 anos já passaram por exposição do seu corpo contra a sua vontade. Sendo bem mais frequentes entre as meninas (20,1%), com taxa duas vezes maior do que a observada para os meninos (9,0%).” O que ratifica Kristensen *et al.* (1999 apud HABIGZANG, 2005) “são pessoas próximas, com laços afetivos com a vítima, que abusam sexualmente. Geralmente homens, em sua maioria, pais e padrastos (PELISOLI, PICCOLOTO, 2010) pois, essa aproximação faz parte da rotina de convívio de ambos. Ainda de acordo com a PeNSE (2019), “29,1% apontaram o(a) namorado(a) como o agressor; 24,8% apontaram amigo(a); 20,7%, um desconhecido; 16,4%, outros familiares; 14,8%, outras pessoas; e 6,3%, pai, mãe ou responsável”.

Tais resultados agregam-se também aos registros da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (ONDH/MMFDH) apresentando, neste ano, um aumento no número de denúncias em todo país totalizando 4.486. Entretanto, sabe-se que muitos casos não são denunciados por motivos já citados anteriormente. Pois, Lesse e Mayor (2019) refletem sobre a mudança que paulatinamente vem acontecendo aos poucos entre os comportamentos dos brasileiros. Ou seja, a mídia tem colocado o assunto em evidência através de iniciativas de marketing e conscientização acerca dos canais de denúncias, como o Disque 100. Ações como essas ajudam a informar e combater as diversas formas de ASI, além de terem acesso em escala nacional e veicular pelas variadas mídias, podendo assim, atingir as variadas camadas sociais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo principal deste estudo foi o de apresentar reflexões teóricas sobre o abuso sexual infantil, que tem sido cada vez mais debatido e motivo de preocupação no mundo



inteiro, pois o olhar para com a criança mudou e a cada dia surgem mais medidas para realização do seu bem-estar. A partir da análise dos estudos, é possível inferir que ainda há muitas nuances que impossibilitam a identificação, denúncia e medidas sócio educativos quando comprovado o ASI por parte do agressor, mas que também pouco se obtém quanto ao acolhimento e o que pode ser fornecido para garantir uma maior qualidade de vida e saúde mental para a vítima.

Neste caso, recorremos ao estudo de Pelisoli e Piccoloto (2010), que defendem a tríade de comunidade, escola e família para a execução de maiores estratégias de cuidado com a criança vítima de abuso. Porém, dentro dessas estratégias de buscar-se conselheiro tutelar, apoio da comunidade, preparação de equipe docente e treinamento dos pais, ainda há dificuldades para realização por questões burocráticas governamentais e acessibilidade à informação e ao conhecimento. E, neste âmbito, que se encontra as propostas de intervenções mais viáveis para o combate ao ASI, uma vez que o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) estabelece que é dever de todos proteger a vida e manter o bem-estar de toda e qualquer criança.

É possível compreender que as propostas de prevenção da violência devem considerar a complexidade do fenômeno que se atualiza nas relações cotidianas (PELISOLI, PICCOLOTO, 2010). Para tanto, a culminância da Lei n 9.970/2000 criada como o Dia Nacional do Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes seja posta em prática, assim como uma maior realização recorrente de ações comunitárias que envolvam projetos sociais com a comunidade, escola, Ongs.

Dessa forma, recomenda-se que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) e a Lei n. 13.431/2017 cumpram-se com a pena regida pelo Código Penal, como também, haja a elaboração de uma maior rede de apoio envolvendo projetos sociais governamentais, ONGS, Escolas e Família para não só apresentar o acolhimento dessa vítima, mas também cuidado com a saúde mental e reintegração da criança nos meios que se convive.

## **REFERÊNCIAS**

ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: A CONVERSA, O APOIO E A DENÚNCIA FAZEM A DIFERENÇA. Tribunal de Justiça de Pernambuco, 2022. Disponível em: <https://www.tjpe.jus.br/-/abuso-e->

exploracao-sexual-de-criancas-e-adolescentes-a-conversa-o-apoio-e-a-denuncia-fazem-  
a-diferenca Acesso: 18/07/2022

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm). Acesso em: 27/07/22.

CRUZ, Moniky et al. Repercussões do abuso sexual vivenciado na infância e adolescência: revisão integrativa. SciELO, 2021. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/csc/a/y96pVLNpJBGzgY9Sd9kFJwJ/?lang=pt>  
Acesso:17/07/2022

CYR, M.; DUFF, P.; HÉRBERT, M. Apoio e perfis de mães não infratoras de crianças abusadas sexualmente. PubMed, 2013. Disponível em:  
<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/23428152/>. Acessado: 13/07/22.

FONTES, L F C.; CONCEIÇÃO, O. C.; MACHADO, S. Violência sexual na adolescência, perfil da vítima e impactos sobre a saúde mental. SciELO, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/WfXDJZxfphzYTHF3pcN3txv/?lang=pt> . Acesso: 13/07/22.

HABIGZANG, Luísa F. et al. Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. Psicologia: Teoria e Pesquisa [online]. 2005, v. 21, n. 3 [Acessado 25 julho 2022] , pp. 341-348. Disponível em:  
<<https://doi.org/10.1590/S0102-37722005000300011>>. Epub 09 Fev 2006. ISSN 1806-3446. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722005000300011>.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agro, 2017. Disponível em: [https://censoagro2017.ibge.gov.br/2013-agencia-de-noticias/releases/31575-pense-2019-uma-em-cada-cinco-escolares-sofreu-violencia-sexual.html#:~:text=Em%202019%2C%2035%2C4%25%20dos%20estudantes%20de%2013%20a,privada%20\(23%2C1%25\)](https://censoagro2017.ibge.gov.br/2013-agencia-de-noticias/releases/31575-pense-2019-uma-em-cada-cinco-escolares-sofreu-violencia-sexual.html#:~:text=Em%202019%2C%2035%2C4%25%20dos%20estudantes%20de%2013%20a,privada%20(23%2C1%25)) Acesso: 18/07/2022

LESSA, C. B.; MAYOR, A. S. A dificuldade na promoção de medidas preventivas contra o abuso sexual infantil nas escolas. Humanas e Sociais & Aplicadas, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.25242/887692520191745>. Acesso: 21/07/2022.

PELISOLI, C.; PICCOLOTO, L. B. Prevenção do abuso sexual infantil: estratégias cognitivo-comportamentais na escola, na família e na comunidade. Rev. bras.ter. cogn., Rio de Janeiro , v. 6, n. 1, p. 108-137, jun. 2010 . Disponível em:  
[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-56872010000100007](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872010000100007). Acesso: 26/07/22.

PEREDA, N.; GALLARDO-PUJOL, D. Revisão sistemática das consequências neurobiológicas do abuso sexual infantil. ScienceDirect, 2011. Disponível em:  
<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0213911111000045?via%3Dihub>. Acesso: 13/07/22.

PLATTI, V. Baixa violência sexual contra crianças: autores, vítimas e consequências.

SciELO, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/hTR8wBZKQNrYLm4HB6p849c/?lang=pt>. Acesso:  
15/07/22.

MANAY, N.; VÉZINA, D. C. Destinatários de revelações de abuso sexual infantil por crianças e adolescentes: uma revisão sistemática. ScienceDirect, 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0145213419303692?via%3Dihub>. Acesso: 14/04/22.

MCELVANEY, R.; GREENE, S.; HOGAN, D. Contar ou não contar? Fatores que influenciam as revelações informais de abuso sexual infantil por parte dos jovens. PubMed, 2013. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24288188/>. Acesso: 12/07/22.

RUENESS, J. et. al. O papel mediador das reações de estresse pós-traumático na relação entre abuso infantil e queixas de saúde física na adolescência e na idade adulta jovem. PubMed, 2019. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6522978/>. Acesso: 13/07/22.

STEENBAKKERS, A. et al. Os pais adotivos e os cuidadores reconhecem as necessidades dos jovens em acolhimento familiar com histórico de abuso sexual?. PubMed, 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30247995/>. Acesso: 13/07/22.

STEENBAKKERS, A. et al. Necessidades psicossociais de crianças em acolhimento familiar e o impacto do abuso sexual. PubMed, 2018. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5854738/>. Acesso: 13/07/22.

VITROL, V. et. al. Relação entre transtorno de estresse pós-traumático, abuso sexual infantil e revitimização sexual. PubMed, 2006. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/17186101/>. Acesso: 13/07/22.



# VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Seminário Internacional  
Corpo, Gênero e Sexualidade  
IV Luso-Brasileiro Educação  
em Sexualidade, Gênero,  
Saúde e Sustentabilidade

